

Conhecimento, discernimento e ação em avaliação pedagógica: O legado de Leonor Santos

Knowing, discerning, and acting in pedagogical assessment: The legacy of Leonor Santos

Domingos Fernandes 

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES); ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa; Conselho Nacional de Educação
Portugal
domingos.fernandes@iscte-iul.pt

Resumo. Este texto decorreu do desaparecimento da nossa querida colega Leonor Santos, uma professora e investigadora que se destacou pelas suas reconhecidas e invulgares qualidades pessoais e académicas, e tem como propósito apresentar e discutir aspetos significativos do legado que nos deixou no domínio da avaliação e, em particular, da avaliação pedagógica. Foram revistos quatro textos que considerei relevantes quanto à sua abrangência e à natureza dos seus conteúdos e que me pareceram traduzir bem o pensamento de Leonor Santos relativamente à construção teórica e à complexidade da avaliação pedagógica; aos critérios de qualidade para a avaliação formativa e às relações entre a avaliação formativa e a avaliação sumativa. A análise realizada permitiu, entre outras, identificar as seguintes características do trabalho que nos foi deixado pela nossa querida colega: a) o destaque que dava ao conhecimento e à clarificação conceitual para discutir as questões de interesse e para progredir em termos teóricos e práticos; b) a notável consistência dos seus textos, sempre com um fio condutor, lógico, coerente, destacando o essencial das questões em análise e sempre apoiados na investigação empírica que realizava; e c) a sua sistemática preocupação em discutir fundamentalmente questões normalmente pouco trabalhadas nos meios académicos portugueses.

Palavras-chave: Leonor Santos; teoria da avaliação; avaliação; avaliação pedagógica; avaliação formativa; avaliação sumativa.

Abstract. This text has been written as a consequence of the disappearance of our dearest colleague Leonor Santos, a professor and researcher who stood out for her recognized and unusual personal and academic qualities, and its purpose is to present and discuss significant aspects of the legacy she left us in the field of evaluation and, particularly, pedagogical assessment. Four texts were reviewed that I considered relevant in terms of their scope and the nature of their contents and that seemed to me to translate well Leonor Santos' thoughts regarding theoretical construction and the complexity of pedagogical assessment; the quality criteria for formative assessment; and the relationships between formative and summative assessments. The analysis carried out allowed, among others, to



identify the following characteristics of the work left to us by our dear colleague: a) the emphasis given to knowledge and conceptual clarification to discuss issues of interest and to progress in theoretical and practical terms; b) the remarkable consistency of her texts, always with a logical, coherent thread, highlighting the essence of the issues under analysis and always supported by empirical research that she always carried out; and c) her systematic concern for discussing issues that are not often discussed within Portuguese academic circles.

Keywords: Leonor Santos; evaluation theory; assessment; pedagogical assessment; formative assessment; summative assessment.

Preâmbulo

Este é um texto que nunca quis escrever. Ele decorre do facto de Leonor Santos ter deixado de estar fisicamente entre nós. A sua partida deixou-nos, a todos, devastados e incrédulos perante factos que julgávamos não poderem acontecer com a nossa querida colega e amiga, distinta e reconhecida docente e investigadora universitária. Mas, acima de tudo, uma mulher que tinha com a vida, em geral, uma relação inusitada, apreciando-a, vivendo-a e questionando-a de forma aberta e livre e contagiante. Conheci a Leonor há cerca de 40 anos e sempre vi nela uma mulher determinada nas suas ações, incansável trabalhadora, solidária com os seus colegas e amigos, frontal na partilha das suas convicções e disponível para debater o que quer que fosse com os seus colegas e com os seus alunos. Uma mulher com um raro sentido ético.

Ao longo de cerca de 10 anos, entre 2009 e 2019, acompanhámos e orientámos, na mesma sala, os alunos de um seminário de investigação no âmbito de um programa de doutoramento em avaliação. Tenho as melhores recordações dessas sessões em que discutíamos livremente as questões que considerávamos críticas no domínio da educação em geral e, naturalmente, da avaliação. Sempre apreciei muito a sua inteligência, o seu sentido crítico e a franqueza e frontalidade com que se pronunciava, sempre com oportunidade e detalhadamente, acerca da qualidade do trabalho desenvolvido pelos alunos. O seu *feedback* era sempre de elevadíssima qualidade e procedia à sua distribuição, garantindo que o seu conteúdo era devidamente apreendido pelos alunos. Confesso que me dirigia sempre para a sala com uma sensação de tranquilidade e de conforto porque a Leonor estava lá e que, se por qualquer razão, eu estivesse menos inspirado, ela lá estava para animar as discussões, para nos interpelar a todos com a sua reconhecida energia.

A nossa relação académica e profissional foi-se consolidando ao longo dos anos através do nosso envolvimento em iniciativas que um ou outro promovia (e.g., seminários de mestrado e doutoramento, publicações, encontros de diferente natureza). Quando, em junho de 2022, assumi as funções de presidente do Conselho Nacional de Educação, foi com particular alegria que reencontrei a Leonor. Percebi de imediato, sem surpresa, que ela vinha desenvolvendo um trabalho notável como conselheira deste órgão independente de consulta do Governo e da Assembleia da República.

Solicitei a sua colaboração como conselheira-relatora de duas importantes recomendações, uma acerca da *Inovação Pedagógica nas Escolas* e outra no domínio dos *Exames e do Acesso ao Ensino Superior*. Em ambas, a sua participação foi reconhecidamente inestimável e de elevada qualidade. Devo dizer que, na segunda, a nossa querida Leonor, ainda em recuperação de problemas de saúde, teve de vencer uma diversidade de obstáculos decorrentes do facto de se tratar de uma matéria que desperta modos de olhar para a educação e para os seus fins bastante contraditórios e nem sempre fáceis de gerir. E soube vencê-los com imenso trabalho, com tenacidade, ouvindo uma diversidade de intervenientes, incorporando ideias e perspetivas que lhe foram sugeridas e com um elevado sentido das responsabilidades. No dia 27 de fevereiro de 2024 a recomendação foi apresentada para discussão ao plenário do conselho e, mais uma vez, Leonor Santos foi igual a si própria. Ao longo de uma discussão que foi tudo menos fácil, defendeu convictamente o trabalho que tinha realizado, prestou esclarecimentos e atendeu a sugestões que lhe foram sugeridas. A recomendação seria aprovada por larga maioria e jamais poderei esquecer a sua coragem num processo bastante complexo e controverso que inteligentemente soube levar até ao fim, apesar das suas condições de saúde não serem propriamente as melhores.

Passado pouco tempo, julgo que ainda em março, desafiei a Leonor para coordenar o trabalho de uma Comissão Eventual Especializada no âmbito da Educação e do Ensino da Música que veio a ser formalmente criada no dia 11 de abril de 2024. Após uma conversa em que analisámos os propósitos, os métodos e a composição da comissão, a nossa querida colega aceitou o desafio, ficando eu francamente feliz e muito seguro de que, como sempre, ela conduziria os trabalhos com a competência, a lucidez e o discernimento que tanto a caracterizaram ao longo da vida. Pouco tempo passado após este encontro, foi o que todos sabemos. Não voltei a ver esta mulher, esta professora, investigadora e académica distinta, com quem tive o privilégio de trabalhar, nem a ouvir a inconfundível vivacidade e firmeza da sua voz. Fica uma saudade funda de uma colega rara que tive o privilégio de conhecer. Uma tristeza grande de não a voltar a ouvir nas sessões plenárias. De não poder voltar a vê-la no lugar em que habitualmente se sentava.

Enquadramento

Como disse, este é um texto que nunca quis escrever. Mas senti que não poderia nunca, declinar o convite que me foi endereçado pela diretora da Quadrante, Professora Susana Carreira, que naturalmente agradeço, para escrever acerca do legado que Leonor Santos nos deixou no domínio da avaliação e, particularmente, da avaliação pedagógica. Escrevo este texto com emoção e com a perfeita consciência de que nunca farei jus ao trabalho e ao pensamento da nossa querida colega.

O principal objetivo deste texto é destacar e discutir aspetos do pensamento de Leonor Santos que me parecem mais críticos e significativos no contexto dos desenvolvimentos teóricos e práticos da avaliação, em particular da que costumamos designar como avaliação pedagógica. Para poder concretizar este objetivo, decidi selecionar alguns textos que considero mais relevantes quer quanto à sua abrangência, quer quanto à natureza dos seus conteúdos. Assim, prevaleceu a análise de quatro textos de natureza mais genérica, e, por isso, com uma maior abrangência de conteúdos e também de públicos. De facto, a intervenção académica de Leonor Santos foi ampla, no sentido em que o seu trabalho não era apenas reconhecido nos domínios da Didática e da Educação Matemática, mas incluiu sempre investigadores, professores e educadores de outras áreas e domínios do conhecimento. Por isso, era uma reconhecida educadora e pensadora acerca das questões da educação do país e das respetivas políticas públicas. O seu pensamento era ouvido e apreciado, há largos anos, numa diversidade de instâncias de intervenção, como é o caso da Associação de Professores de Matemática (APM), da Sociedade Portuguesa de Investigação em Educação Matemática (SPIEM) e do Conselho Científico do Instituto de Avaliação Educativa (IAVE). Julgo que o Conselho Nacional de Educação (CNE) foi a mais recente dessas instâncias em que participou ativamente quer através das suas intervenções nas sessões plenárias do conselho e nas respetivas comissões especializadas, quer como conselheira-relatora de três recomendações relacionadas com a integração de migrantes no contexto de uma escola mais inclusiva, com a inovação pedagógica nas escolas e com os exames e o acesso ao ensino superior.

A seleção dos textos, que incluiu um livro (Pinto & Santos, 2006), dois capítulos de livros (Santos, 2011, 2019) e um artigo (Santos, 2016), incidiu sobre trabalhos publicados entre 2006 e 2019, inclusive. O livro que Leonor Santos escreveu com Jorge Pinto (Pinto & Santos, 2006) é uma obra incontornável no panorama da avaliação pedagógica no nosso país tendo em conta, por exemplo, o seu nível de sofisticação teórica e o notável trabalho realizado no estabelecimento de relações entre as diferentes perspetivas do domínio da avaliação em geral e a sua concretização em contextos pedagógicos.

A leitura dos textos permitiu sublinhar alguns dos aspetos que considero mais relevantes no legado de Leonor Santos no domínio da avaliação e da avaliação pedagógica tendo naturalmente em conta o conhecimento e a investigação nacional e internacional mais relevante. A opção por mim tomada para a elaboração deste texto foi a de não recorrer sistematicamente a referências de autores reconhecidos que conheço e estudo há mais de quatro décadas, muitos dos quais são referidos nos textos da nossa querida colega Leonor Santos. Nestes termos, recorri ao conhecimento e à experiência que fui adquirindo ao longo dos anos e à reflexão acerca das questões que elegi para ilustrar alguns aspetos do seu legado.

Tendo em conta os constrangimentos de espaço e de tempo para a elaboração deste texto, sublinharei apenas três elementos do legado que, no domínio da avaliação e da avaliação pedagógica, nos foi deixado por Leonor Santos. Poderia ter optado por outros temas ou domínios mas, tendo de optar, decidi considerar os seguintes pois julgo que são relativamente pouco discutidos no contexto do nosso país: a) *Construção Teórica e Complexidade da Avaliação Pedagógica*; b) *Critérios de Qualidade para a Avaliação Formativa*; e c) *Relações entre a Avaliação Formativa e a Avaliação Sumativa*.

Os trabalhos de Leonor Santos no domínio da avaliação e, em particular, no domínio da avaliação pedagógica, remontam aos anos 80 do século passado e, de certo modo, estiveram na origem da investigação que veio a desenvolver no âmbito de um programa de mestrado em educação do Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Essa investigação deu origem a uma dissertação intitulada *Avaliação da Aprendizagem num Contexto de Inovação Curricular*, concluída em 1992, que constitui uma importante referência para quem investiga e estuda a avaliação pedagógica (Leal, 1992). Não me sendo possível, no âmbito deste texto, elaborar acerca deste brilhante trabalho de Leonor Santos, direi apenas que nele se encontram as questões críticas que viriam a orientar todo o seu trabalho futuro, que desenvolveu sempre com inusitada consistência e atualidade.

Aliás, é oportuno referir nesta altura que uma das características marcantes do seu percurso de académica e investigadora distinta é o facto de o ter desenvolvido ao longo de uma espécie de espiral permitindo que as discussões teóricas e conceituais se fossem retomando, aprofundando e atualizando. Outra característica desse percurso é o facto de a investigação empírica ter estado sempre presente o que, na minha perspetiva, lhe confere uma credibilidade e uma autenticidade que não é muito comum.

Leonor Santos trabalhou intensamente numa diversidade de projetos de investigação, com particular destaque para o projeto AREA – Avaliação Reguladora do Ensino e das Aprendizagens de que foi investigadora responsável e cujo objeto primordial era o estudo de uma diversidade de questões relacionadas com a avaliação desde o pré-escolar até ao 9.º ano de escolaridade. Nesses projetos, o contacto com as realidades e com os fenómenos nos seus contextos reais era uma constante e isso permitia o estabelecimento único de relações entre a chamada teoria e a prática. E permitia que esta nossa estimada colega pudesse elaborar sempre com a autoridade que lhe é reconhecida acerca das questões críticas do domínio do conhecimento da avaliação. Ainda uma outra característica, igualmente pouco comum, está relacionada com o facto de Leonor Santos ter conseguido manter um assinalável e reconhecido protagonismo académico em dois domínios do conhecimento inequivocamente complexos como é o caso da educação matemática e da avaliação. É que, importa dizê-lo, o seu notável trabalho no domínio da avaliação não se restringiu ao contexto da educação matemática, tendo granjeado o devido reconhecimento na comunidade dos investigadores

em educação, em geral. Este facto contribuiu para que a avaliação no contexto da educação matemática beneficiasse do seu profundo conhecimento e da sua diversificada experiência.

Para além do *Preâmbulo* e deste *Enquadramento*, este texto foi organizado em mais cinco secções. As próximas três correspondem aos assuntos que decidi abordar referentes ao legado que nos foi deixado por Leonor Santos: *Construção Teórica e Complexidade da Avaliação Pedagógica*; *Critérios de Qualidade para a Avaliação Formativa*; e *Relações entre a Avaliação Formativa e a Avaliação Sumativa*. Segue-se uma secção com as principais *Conclusões* e, finalmente, uma secção de *Referências*.

Construção teórica e complexidade da avaliação pedagógica

Após uma experiência sistemática e consistente no domínio da avaliação, ao longo de cerca de 15 anos, Leonor Santos e o seu marido, Jorge Pinto, publicam o livro *Modelos de Avaliação das Aprendizagens*, editado pela Universidade Aberta (Pinto e Santos, 2006). Considero que este é, certamente, um importante marco na história da avaliação das aprendizagens no nosso país pelas razões que enuncio seguidamente de forma muito sucinta.

Em primeiro lugar, a afirmação das perspetivas construtivistas e socioculturais da aprendizagem na construção conceitual da avaliação pedagógica, o que implica uma visão em que a avaliação ocorre em contextos situados e envolve necessariamente processos de interação social entre os diferentes intervenientes; conseqüentemente, a avaliação não se reduz a uma mera técnica, sendo antes um processo eminentemente pedagógico, intrinsecamente relacionado com o ensino e as aprendizagens.

Em segundo lugar, a relevância dada pelos autores à construção teórica no domínio do conhecimento da avaliação e à evolução do conceito tendo em conta os desenvolvimentos epistemológicos e ontológicos que se foram vivendo ao longo dos tempos, desde a criação dos conceitos de avaliação formativa e avaliação sumativa nos finais dos anos 60 do século passado.

Finalmente, o destaque dado à avaliação formativa como um “processo de assistência às aprendizagens” expressão utilizada pelos autores que ainda hoje considero particularmente feliz por traduzir bem um propósito muito relevante da avaliação formativa, quicá o mais significativo.

Leonor Santos e o seu marido, Jorge Pinto, publicaram uma diversidade de trabalhos no domínio da avaliação, todos muito consistentes com as ideias que cada um apresentava e discutia nas publicações individuais que produziram. Por isso, apesar de ser uma publicação conjunta, parece-me razoável e bastante plausível considerar que este livro traduz o pensamento que cada um, por si só, sempre defendeu. Aliás, todos sabemos que a nossa querida colega Leonor Santos era uma mulher intelectualmente íntegra e com um elevado sentido ético, o mesmo sucedendo com o nosso querido colega Jorge Pinto.

O livro tem uma organização muito simples e muito clara, em quatro capítulos – *Evolução das Concepções Teóricas da Avaliação; A Avaliação como Processo Socialmente Construído; A Avaliação numa Perspetiva Formativa; Instrumentos de Avaliação ao Serviço da Aprendizagem* – traduzindo muito bem a linha orientadora do pensamento dos autores. Para efeitos deste texto, destacarei apenas conteúdos apresentados e discutidos nos dois primeiros capítulos.

O primeiro capítulo – *Evolução das Concepções Teóricas da Avaliação* – traduz as preocupações dos autores com os fundamentos e a construção teórica no domínio do conhecimento da avaliação, o que me parece particularmente relevante tendo em conta as suas implicações para a área prática ou aplicada da avaliação das aprendizagens. Na verdade, estas preocupações não são muito comuns, ainda hoje, e, por isso, mesmo em certos meios académicos, persistem as concepções erróneas acerca de uma diversidade de conceitos e práticas de avaliação. Sublinharei apenas três ideias deste primeiro capítulo que me parecem importantes.

A primeira está relacionada com a discussão das diferentes perspetivas de avaliação ao longo do tempo: a) a avaliação como medida; b) a avaliação como congruência; c) a avaliação como um julgamento de especialistas; e d) a avaliação como uma interação social complexa. Trata-se de um trabalho muito relevante pois, para além de caracterizar e situar no tempo cada uma destas concepções, discute-se, para cada caso, a natureza e as funções da avaliação e a avaliação no contexto pedagógico. Trata-se de um trabalho de grande relevância e atualidade para quem estuda e/ou investiga no domínio da avaliação porque há uma relação muito bem fundamentada entre as diferentes perspetivas teóricas apresentadas e as suas consequências para as práticas e funções de avaliação.

A segunda ideia está muito relacionada com a primeira perspetiva, a avaliação como medida, muito associada ao desenvolvimento da psicometria e à necessidade do domínio do conhecimento da educação se afirmar perante uma comunidade científica que desconsiderava tudo o que, de algum modo, não pudesse ser quantificável. Dito de uma forma mais direta, qualquer domínio do conhecimento e, em particular, das ciências sociais, só seria considerado como tal se apresentasse “medidas” que, supostamente, “sustentassem” as suas reflexões e/ou constatações acerca dos fenómenos e realidades que estudavam. Assim se entende a emergência dos “instrumentos” de avaliação das aprendizagens na senda dos velocímetros, dos termómetros ou dos altímetros, com as implicações pedagógicas que são explicitadas neste primeiro capítulo de forma muito clara e particularmente interessante. No que se refere às funções seletivas e eminentemente certificadoras da avaliação materializadas por exames, estavam acima de qualquer suspeita, como, aliás, ainda hoje sucede. O seu reconhecimento social decorria da ideia de que mediam exatamente o que os alunos sabiam e eram capazes de fazer; ou seja, tinham uma natureza “científica” reconhecida por uma comunidade para quem a quantificação era garantia de rigor, de objetividade e de

credibilidade. E, nestes termos, medir e avaliar eram conceitos praticamente indistintos, conferindo assim à avaliação a natureza científica que o paradigma dominante exigia e o consequente reconhecimento social dos exames e das avaliações externas em geral. A ideia que, na verdade, nos pode fazer refletir tem a ver com o facto de esta perspetiva manter uma preponderância tão significativa nos atuais sistemas educativos apesar dos desenvolvimentos ao nível das teorias da aprendizagem, do ensino e da avaliação e da evolução das perspetivas em relação ao papel da escola nas sociedades multiculturais e tão diversas em que vivemos.

Finalmente, a terceira ideia decorre da lucidez e do discernimento dos autores que, num certo sentido, nos alertam para a lentidão da evolução das práticas e dos processos mais consentâneos com as perspetivas mais progressistas, baseadas em pedagogias socialmente mais justas. Trata-se de um alerta que continua a fazer todo o sentido, talvez até mais sentido do que há uns anos atrás, tendo em conta os fenómenos associados às novas demografias que hoje são bem visíveis no nosso sistema educativo e aos quais temos de dar respostas com outro conteúdo e com outra forma; isto significa que é necessário continuar a evoluir para que se encontrem alternativas credíveis e sustentadas para a avaliação como medida, que ainda predomina largamente nas sociedades do nosso tempo.

No segundo capítulo – *A Avaliação como Processo Socialmente Construído* – a ideia da avaliação como processo que é socialmente construído é de grande alcance quer do ponto de vista teórico, pois remete-nos para a discussão e análise das teorias socioculturais da aprendizagem, para as dinâmicas sociais e culturais que se podem gerar nas salas de aula e, conseqüentemente, para as questões associadas à interação social, quer do ponto de vista prático, em que se suscitam uma diversidade de problemáticas pedagógicas relacionadas com as aprendizagens e com as práticas de ensino e de avaliação.

Naturalmente, outras questões têm de ser consideradas como é o caso do papel dos alunos, dos professores, dos pais e encarregados de educação e outros possíveis intervenientes. É com este pano de fundo que Leonor Santos e Jorge Pinto perspetivam as discussões constantes neste segundo capítulo, nomeadamente no que se refere à ideia da avaliação como um processo de comunicação em que evidenciam as complexas relações que, no âmbito da chamada avaliação escolar, se podem estabelecer entre pais, alunos e professores, por um lado, e a sociedade e a escola, por outro lado. Obviamente, que há relações complexas entre cada um destes intervenientes com todos os outros.

A complexidade da avaliação decorre de uma diversidade de fatores associados a cada um daqueles participantes e, sobretudo, das relações que entre si se podem estabelecer. Conseqüentemente, nas salas de aula, as questões pedagógicas assumem uma relevância muito significativa quando se perspetiva a avaliação como comunicação pois passa essencialmente pelas relações que se estabelecem entre os professores e os alunos, ambos com as suas competências, conhecimentos e concepções. Deste modo, a avaliação é um

processo socialmente construído, decorrente das interações sociais que se estabelecem entre os diferentes intervenientes.

Não sendo possível, no âmbito deste texto, detalhar e aprofundar os conteúdos aqui referidos constantes neste segundo capítulo, direi apenas que Leonor Santos deixou-nos muito claramente a ideia da importância de considerar a avaliação numa complexa rede de relações, que têm necessariamente de ser consideradas, entre uma diversidade de intervenientes institucionais, por um lado, e uma diversidade de intervenientes que, obviamente, inclui os pais, os alunos, os professores e os gestores escolares. Sem compreender a natureza que estas relações podem assumir e as consequências das conceções existentes acerca da escola, do ensino, da aprendizagem e de outros “elementos” fundamentais, não será fácil desenvolver avaliações cujo mais fundamental propósito seja apoiar os alunos a aprender e os professores a ensinar.

Crítérios de qualidade para a avaliação formativa

Num dos textos analisados (Santos, 2011), Leonor Santos discutiu em que medida os critérios psicométricos de validade e fiabilidade farão real sentido em contextos de avaliação formativa quando se considera que esta é, fundamentalmente, um processo destinado a regular as aprendizagens dos alunos. A ideia de que a avaliação pedagógica em geral e, em particular, a avaliação formativa, é parte integrante de um sistema complexo de ensino, aprendizagem e educação cujo mais fundamental propósito é a melhoria das aprendizagens dos alunos, estrutura o pensamento da autora. Neste sentido, utilizava frequentemente o termo avaliação reguladora como sinónimo de avaliação formativa sendo, por isso, no contexto português e quiçá internacional, a investigadora que ousou enriquecer o conceito de avaliação formativa, introduzindo perspetivas da psicologia da educação e das teorias da aprendizagem que contribuíram para o aprofundamento da discussão e da reflexão e, conseqüentemente, para a construção teórica no domínio da avaliação formativa.

Leonor Santos afirmava que a avaliação só poderia ser efetivamente reguladora (formativa) se fossem devidamente considerados os processos de pensamento e de aprendizagem de cada aluno. Conseqüentemente, assumia claramente que as diferenças entre os alunos decorrentes destes processos tinham implicações diversas, nomeadamente ao nível das práticas de feedback que podem resultar de modos diferentes em alunos diferentes. Neste sentido, os critérios psicométricos de validade e de fiabilidade que, juntamente com o índice de discriminação e o índice de dificuldade, continuam a ser incontornáveis para avaliar a qualidade das avaliações externas, são considerados inadequados no contexto das avaliações internas e, muito particularmente, da avaliação formativa. Eu diria, talvez de forma mais abrangente, mas indo ao encontro do pensamento de Leonor Santos sobre esta

questão, que os critérios de validade e de fiabilidade não fazem sentido no âmbito da avaliação pedagógica que, por natureza é interna e, em geral, contextualizada nas salas de aula, utilizando-se para avaliar a qualidade das avaliações externas de larga escala em que a medida é o conceito estruturante. Ou seja, neste caso, o propósito é atribuir uma medida que represente as aprendizagens dos alunos num dado domínio do conhecimento, tipicamente uma amostra. No caso da avaliação formativa, o propósito é melhorar e/ou apoiar os alunos no desenvolvimento das suas aprendizagens. Garantir, no contexto das salas de aula, a fiabilidade e a validade dos processos de recolha de informação, para além de não fazer real sentido, não está, em geral, ao alcance da maioria dos docentes, tendo em conta a sofisticação dos requisitos teóricos e técnicos exigidos normalmente utilizados pelos psicometristas.

Nestas condições, Leonor Santos propôs os seguintes três critérios de avaliação da qualidade da avaliação reguladora ou, se quisermos, das avaliações de natureza formativa, cujo propósito primordial é contribuir para apoiar os alunos nos seus esforços de aprendizagem: a) *compreensibilidade*, relacionado com a clareza dos processos para todos os intervenientes; b) *adequabilidade*, decorrente da ideia de que os alunos pensam e aprendem de forma diferente e, por isso, é necessário que haja adequação das tarefas e dos procedimentos avaliativos aos diferentes contextos e circunstâncias; e c) *eficácia*, estreitamente relacionada com os efeitos da avaliação nas aprendizagens; ou seja, tem a ver com a análise dos efeitos das ações avaliativas no que os alunos aprendem e são capazes de fazer. Estes critérios estão relacionados entre si de forma óbvia. Por exemplo, se não houver clareza nos processos de avaliação e, por isso, compreensibilidade, as práticas de avaliação dificilmente poderão ser eficazes.

Leonor Santos foi uma das poucas pessoas que, na comunidade da educação, apresentou e discutiu critérios de qualidade das avaliações e, desse modo, contribuiu para a necessidade de se compreender que as avaliações internas, ao contrário do que parece ser a perceção mais comum, têm reais problemas de qualidade, sendo necessário trabalhar para as melhorar. Estes critérios, naturalmente, podem e devem continuar a ser discutidos e investigados em contextos reais. Além do mais, outros critérios habitualmente referidos na literatura tais como o rigor, a adequação ética, a exequibilidade e a utilidade devem igualmente ser discutidos e investigados tendo em conta a reconhecida necessidade de melhorar a qualidade das avaliações de natureza pedagógica, incluindo, obviamente, as de natureza formativa.

Na ausência de uma teoria das avaliações de natureza formativa e a partir da investigação que coordenou no âmbito do projeto AREA, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), Leonor Santos deu contributos relevantes para o aprofundamento das discussões e, sobretudo, para clarificar as necessárias distinções entre os conceitos psico-

métricos, associados à medida e às avaliações externas, e os conceitos pedagógicos, associados às ações que se desenvolvem nos contextos das salas de aula e que implicam necessariamente interações sociais e culturais e a consciência das diversidades.

Relações entre a avaliação formativa e a avaliação sumativa

Em dois textos seminais (Santos, 2016, 2019) Leonor Santos discutiu de forma ampla e profunda os conceitos de avaliação formativa e sumativa e ainda as relações entre estas duas modalidades de avaliação. Como habitualmente, utilizou uma perspetiva abrangente, decorrente da complexidade inerente aos processos educativos e formativos onde não podem deixar de se considerar questões de natureza, social, cultural, pedagógica e as concepções e teorias que os diferentes intervenientes sustentam acerca do mundo, da educação, da escola, da profissão docente ou do ensino e da aprendizagem.

Leonor Santos considerava a avaliação pedagógica como um processo complexo e abrangente que se desenvolvia segundo quatro etapas fundamentais: a) planear; b) recolher informação; c) ajuizar; e d) agir. E afirmou que as três primeiras etapas tinham a ver com os fundamentos da produção dos juízos avaliativos. O que é inusitado, mesmo no contexto da literatura internacional, é considerar e sublinhar a relevância da primeira etapa – planear – tal como Leonor Santos sempre fez pois considerava incontornável a intencionalidade do processo avaliativo e, nesse sentido, considerava que a planificação era fundamental para definir os propósitos da avaliação e a diversidade de decisões e práticas inerentes a tais propósitos. A ideia da *intencionalidade* e do *planeamento* da avaliação pedagógica é de largo alcance e da maior relevância pois pode ter implicações significativas nas práticas que se mobilizam para as salas de aula.

Leonor Santos conhecia profundamente a literatura nacional e internacional no domínio da avaliação pedagógica, analisando e interpretando a construção teórica e os desenvolvimentos dos seus conceitos estruturantes, como é, por exemplo, o caso da avaliação formativa, da avaliação sumativa, da autoavaliação ou da coavaliação. Mas manteve sempre uma postura crítica e problematizante, convidando os leitores a refletirem. O seu contributo para a clarificação conceitual foi inestimável e sempre acompanhado pela análise e interpretação informada acerca de diferentes perspetivas propostas por autores e investigadores de referência. Isso é muito claro nestes dois textos que agora voltei a ler (Santos, 2016, 2019).

A discussão que sistematicamente desenvolvia de forma lúcida em cada um destes e doutros textos, permitia discernir as características mais relevantes dos conceitos basilares que, ao contrário do que são as perceções de muitos profissionais e académicos, estão longe de estar devidamente apreendidos e/ou consensualizados. Uma questão bastante interessante referida num dos textos (Santos, 2019) tem a ver com a discussão relativamente ao facto de a avaliação formativa ser, num certo sentido, indissociável do ensino.

Na verdade, apesar de ambos os processos terem um propósito comum e que é fundamental – contribuir para que os alunos aprendam e/ou melhorem as aprendizagens – é importante ter em conta que esta asserção só fará real sentido se o professor for o único responsável pela avaliação formativa. Consequentemente, Leonor Santos remete-nos para uma questão que não é normalmente discutida na literatura e que consiste em saber até que ponto poderemos considerar que a avaliação formativa está integrada no processo de ensino quando os alunos participam ativamente no processo de avaliação formativa através, por exemplo da autoavaliação, da avaliação entre pares ou da coavaliação. Além do mais, remete-nos para a discussão relativa ao facto de se afirmar que a avaliação formativa é igualmente indissociável do processo de aprendizagem. Em última análise, podem formular-se questões que têm a ver com a eventual necessidade de sabermos quais são as fronteiras entre as práticas de ensino e de avaliação ou entre as práticas de avaliação e as aprendizagens.

De facto, o que acontece é que, no desenvolvimento de uma dada prática, pode não ser fácil discernir se estamos perante uma prática de avaliação, uma prática de ensino ou uma possível combinação entre ambas. Indo um pouco mais além, pode considerar-se a necessidade e a possibilidade de se evoluir para uma metateoria unificadora das teorias do ensino, da avaliação (formativa) e da aprendizagem. Esta possibilidade teórica poderia resolver questões tais como a distinção, que nem sempre é fácil de discernir, entre práticas de ensino e práticas de avaliação.

Ainda no plano da discussão teórica, Leonor Santos produziu reflexões significativas no que se refere às relações, ou à articulação, para utilizar o vocábulo utilizado num dos seus textos, entre a avaliação formativa e a avaliação sumativa. Trata-se de um tema da maior relevância já que exige que fiquem bem claras as características e os propósitos essenciais de cada um destes conceitos estruturantes que foram amplamente discutidos pela autora. Talvez interesse começar por referir que aquelas duas modalidades de avaliação não se distinguem pelos processos de recolha de informação utilizados, nem pela natureza quantitativa ou qualitativa dos dados obtidos, mas antes pelos propósitos definidos. Dito de outro modo, distinguem-se pela utilização que é dada à informação ou aos dados recolhidos. Assim, se os dados são exclusivamente utilizados para distribuir *feedback* pelos alunos para que eles possam consolidar, melhorar e/ou regular as suas aprendizagens, estamos perante uma avaliação de natureza formativa. Se, por outro lado, a informação é utilizada para fazer um balanço, um ponto de situação, acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer após um dado período de tempo, tendo em vista a sua classificação ou certificação, então estaremos perante uma avaliação de natureza sumativa.

Repare-se que, nestas condições, os resultados de um teste podem ser exclusivamente utilizados para distribuir *feedback* aos alunos para que possam aprender e/ou melhorar o que aprenderam (avaliação formativa) ou podem ser utilizados para que os alunos sejam classificados relativamente ao que sabiam e ao que eram capazes de fazer relativamente a

determinados domínios do currículo, após um determinado período de tempo (avaliação sumativa). Claro que esta discussão pode ser objeto de algum refinamento para tornar clara a distinção entre avaliação formativa e avaliação sumativa. Na verdade, na medida em que permitem fazer um ponto de situação ou um balanço do que os alunos sabem e são capazes de fazer relativamente a um dado domínio do currículo, num dado momento, os dados obtidos através dos testes são de natureza sumativa. Porém, se utilizarmos esses mesmos dados exclusivamente para distribuir *feedback* aos alunos estamos a dar uma utilização formativa aos referidos testes. Em suma, os resultados dos testes podem ser utilizados para fins formativos ou para fins sumativos apesar dos dados que produzem serem, por natureza, sumativos.

Reportando-me agora a algumas das características da avaliação formativa destacam-se a sua natureza contínua e diagnóstica, o facto de o seu propósito principal consistir em apoiar os alunos nas aprendizagens que têm de realizar através da distribuição sistemática de *feedback* e o facto de ocorrer durante, e não após, o desenvolvimento do processo de ensino. No que diz respeito à avaliação sumativa, considera-se a sua natureza pontual, o facto de o seu propósito principal consistir na elaboração de um ponto de situação, normalmente expresso através de uma classificação, relativamente ao que os alunos sabem e são capazes de fazer num dado momento e o facto de ocorrer após o processo de ensino.

Considerando este enquadramento conceitual relativo às questões das relações entre avaliação, ensino e aprendizagens e às características mais distintivas da avaliação formativa e da avaliação sumativa, constante nestes dois trabalhos (Santos, 2016, 2019), estamos em condições de discutir sucintamente o importante contributo de Leonor Santos para a compreensão da articulação entre a avaliação formativa e avaliação sumativa. Devo aqui sublinhar que, nesta matéria, como em outras que venho referindo, estamos perante um trabalho que não tem merecido particular atenção por parte da comunidade portuguesa dos autores que investigam no domínio da avaliação pedagógica.

Interessa talvez começar por referir que Leonor Santos situou a questão no âmbito da avaliação pedagógica, isto é, no âmbito da avaliação que é da responsabilidade exclusiva dos docentes e das escolas, ou seja, da avaliação que normalmente se designa por interna. Além disso, o seu entendimento da articulação entre a avaliação formativa e sumativa era o de que era importante perceber-se em que medida, ou de que modo, o desenvolvimento de cada uma destas modalidades poderia apoiar o desenvolvimento da outra. As visões contemporâneas acerca desta questão, permitiram-lhe apresentar e discutir três articulações possíveis.

Uma, em que se defende a ideia de que não pode haver qualquer articulação tendo em conta que os propósitos, as características intrínsecas e os processos inerentes ao desenvolvimento de cada uma destas modalidades de avaliação são inconciliáveis. Eu diria que esta perspetiva deve igualmente basear-se na ideia de que do ponto de vista epistemológico, metodológico e até ontológico, a avaliação formativa e a avaliação sumativa são muito distintas. Por exemplo, a relação com o que se pensa que pode ser avaliado ou com o que se

pretende avaliar é, em geral, substancialmente diferente. No caso da avaliação formativa, estamos perante uma relação de proximidade, baseada nas interações que se podem estabelecer entre os diferentes intervenientes no contexto das salas de aula. Já no que se refere à avaliação sumativa, tal interação e proximidade são, em geral, inexistentes ou residuais dada a natureza desta modalidade de avaliação. Em todo o caso, há aqui uma questão que é bem observada por Leonor Santos, parecendo-me mesmo fundamental. De facto, para utilizar um exemplo acima referido, um teste cujos resultados produzidos são, por natureza, de natureza sumativa pois constituem uma súmula, um balanço, do que os alunos sabem e são capazes de fazer num dado momento, pode ser utilizado com fins estritamente formativos, isto é, para distribuir feedback pelos alunos tendo em vista a regulação das aprendizagens. Neste sentido, há uma articulação entre a avaliação sumativa a avaliação formativa. Ou seja, é a utilização que lhe é dada que determina a natureza formativa ou sumativa da avaliação e, assim, podem criar-se condições de articulação a partir das respetivas práticas.

Uma outra perspetiva considera que a articulação existe tendo em conta que os dados da avaliação sumativa podem ser utilizados na avaliação formativa, ainda que os dados da avaliação formativa não possam (ou não devam) ser utilizados na avaliação sumativa tendo em conta a real natureza daquela modalidade que não lhe permite produzir ou gerar dados comuns a todos os alunos. Na verdade, como vimos, a avaliação formativa tem muito a ver com a relação de proximidade que se estabelece entre o professor e cada um dos seus alunos ainda que, naturalmente, possa e deva ter lugar no contexto do grande grupo. Leonor Santos, como sempre nos habituou, questiona criticamente a possibilidade de os dados da avaliação sumativa poderem ser utilizados para fins formativos baseando-se na ideia de que os dados produzidos pelos testes, os instrumentos mais utilizados nas escolas, não nos dão muita informação acerca do que os alunos sabem e são capazes de fazer e acerca das suas dificuldades e formas de pensar. Consequentemente, questiona a sua eficácia pedagógica e a sua contribuição para apoiar os alunos nas aprendizagens que têm de realizar e, indo um pouco mais longe, referia se, se assim fosse, os professores não estariam a receber uma mensagem pouco recomendável. Ou seja, se não se sentiriam desobrigados de diversificar os processos de recolha de informação ao considerarem que os testes podem ter as duas funções. Claro que este argumento sempre foi debatido na literatura e continuará, certamente, a suscitar interessantes conjeturas e discussões.

Finalmente, na terceira perspetiva, defende-se que as duas modalidades se podem articular sem quaisquer restrições. Isto é, os dados da avaliação sumativa podem ser utilizados com fins formativos e vice-versa. Neste caso, Leonor Santos foi muito clara ao considerar, por um lado, que a utilização formativa de dados da avaliação sumativa pode ser redutora, tendo em conta que a natureza estruturada e formal dos itens que normalmente são utilizados nos testes e nos exames pode condicionar e *estreitar* as práticas de avaliação formativa. Por outro lado, a natureza geralmente pouco estruturada e informal das práticas de

avaliação formativa e os *graus de liberdade* que estas possuem em relação ao currículo proposto, não lhes permite gerar informação mais exaustiva, normalmente requerida pela avaliação de natureza sumativa.

Em síntese, dir-se-ia que, em relação a esta questão crítica da relação ou articulação entre as duas modalidades de avaliação, Leonor Santos apreciou criticamente as três perspectivas mais comuns na literatura e, ainda que modesta e humildemente, deixou clara a sua posição ao considerar que a avaliação formativa e a avaliação sumativa devem ser complementares, ou seja, não devem ser mutuamente exclusivas, e as suas práticas não devem ser simultâneas. Acrescentou, naturalmente, que se trata de uma questão que não está fechada dada a sua natureza complexa e que, por isso, tem de continuar a merecer a atenção da comunidade que investiga estas matérias.

Conclusões

A análise do trabalho realizado por Leonor Santos a partir dos finais da década de 80 do século passado até ao presente, merece certamente uma revisão mais sistemática e detalhada. Conheço muitos dos seus textos, talvez a maioria, mas desconheço outros. Por isso, este texto tem óbvias limitações decorrentes dos constrangimentos acima referidos.

Como acima já referi, decidi não referenciar o quadro teórico e conceitual que me permitiu analisar os trabalhos que tive a oportunidade de rever. Procedi desse modo porque a tal me levou a natureza do texto que quis e que pude escrever. Porém, tal referencial teórico pode ser facilmente identificado através do meu próprio trabalho no domínio da avaliação pedagógica. Além do mais, ele é bastante coincidente com o que Leonor Santos utilizou nos textos que consultei para efeitos deste artigo. Ou seja, baseei-me no conhecimento que tenho da literatura e na experiência de várias décadas de ensino e de investigação no domínio da avaliação pedagógica.

Apesar destas condições, penso que a descrição e a análise realizadas me permitiram interpretar os eixos fundamentais dos trabalhos que consultei e elaborar as conclusões que descreverei sucintamente de imediato.

Em todos os seus trabalhos, a nossa querida colega Leonor Santos destacou sempre de forma sistemática, consistente e coerente a relevância do conhecimento como meio incontornável para discutir as questões críticas da avaliação pedagógica.

Os textos agora revistos são exemplo disso mesmo e ilustram bem a lucidez e o discernimento da nossa querida colega nas análises do conhecimento produzido, permitindo-lhe distinguir o essencial do acessório e utilizar o seu reconhecido espírito crítico para se posicionar perante o desenvolvimento e a produção de conhecimento. O discernimento, competência essencial para quem tem de refletir e de criar, é resultante do seu profundo

conhecimento da literatura, da sua larga experiência no ensino e na investigação e na sua reconhecida inteligência.

Mas ao conhecimento e ao discernimento, julgo que todos concordamos que temos de acrescentar a ação, igualmente indissociável do que Leonor Santos foi enquanto académica brilhante. As suas reflexões, as discussões que promovia quer nos seus textos, quer nas suas aulas, quer ainda nos encontros científicos e profissionais, estavam invariavelmente sustentadas na investigação empírica que realizou de forma consistente e admirável ao longo da sua vida.

Outra constatação que aqui devo sublinhar tem a ver com a evidente consistência do seu trabalho. Há um claro fio condutor, lógico e coerente, na obra que nos foi deixada por Leonor Santos que é bem evidenciado em todos os assuntos que discutiu nos textos aqui analisados, com particular destaque para as questões mais relacionadas com a construção teórica no domínio da avaliação e da avaliação pedagógica. A abrangência com que as questões críticas foram sempre discutidas teve um papel importante para tornar muito clara a complexidade que é inerente a estes conceitos mais gerais e aos conceitos de avaliação formativa e de avaliação sumativa. Este é um contributo fundamental pois só reconhecendo e assumindo tal complexidade é possível planear deliberadamente as práticas de avaliação.

A discussão relacionada com os critérios de qualidade da avaliação formativa, pouco usual nos meios académicos portugueses, é um sinal claro de que a nossa querida colega acompanhava atentamente os desenvolvimentos teóricos e práticos e não se eximia de participar de forma aberta e livre, como sempre foi seu timbre, nas reflexões que suscitavam nem de propor o que considerava mais adequado. Considero que esta discussão é de particular relevância pois contraria a ideia errónea que parece considerar que as avaliações internas, nomeadamente, a avaliação formativa, estão isentas de quaisquer problemas. Ao proporem-se critérios através dos quais se possa analisar a qualidade de tais avaliações é, certamente, um desenvolvimento que merece ser pensado, estudado e investigado para que tal qualidade possa ser melhorada. Além do mais, poderá ter importantes repercussões nas práticas de avaliação em contextos de sala de aula.

Finalmente, a questão das relações entre a avaliação formativa e a avaliação sumativa, igualmente pouco discutida entre nós, é bastante importante pois suscita, por um lado, a necessidade de clarificar os dois conceitos, enunciando as suas características, identificando os seus mais fundamentais propósitos, discernindo as ações que lhes são inerentes. (Note-se, que o real significado de cada um destes conceitos, ao contrário do que parece ser a percepção de muitos profissionais, não está propriamente apreendido.) Por outro lado, suscita reflexões que têm de ser necessariamente realizadas acerca da natureza das informações, dos dados, que se obtêm através da utilização de cada uma das modalidades e acerca das relações que eventualmente se podem estabelecer entre ambas. Mais uma vez, Leonor

Santos mostra a sua permanente preocupação em mexer nas questões mais críticas do domínio da avaliação pedagógica, analisando-as criticamente e propondo desenvolvimentos.

Foi muito bom ter tido o privilégio de conhecer e de poder conviver com a nossa querida colega Leonor Santos. Uma mulher, uma académica, cujo trabalho foi e continua a ser relevante para o desenvolvimento e para a melhoria da educação no nosso país.

Referências

- Leal, L. (1992). *Avaliação da aprendizagem num contexto de inovação curricular*. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- Pinto, J., & Santos, L. (2006). *Modelos de avaliação das aprendizagens*. Universidade Aberta.
- Santos, L. (2011). Que critérios de qualidade para a avaliação formativa?. In D. Fernandes (Org.), *Avaliação em educação: dez olhares sobre uma prática social incontornável* (pp. 155–165). Editora Melo.
- Santos, L. (2016). A articulação entre a avaliação somativa e a formativa na prática pedagógica: uma impossibilidade ou um desafio?. *Ensaio: Avaliação das Políticas Públicas de Educação*, 24(92), 637–669. <http://doi.org/10.1590/S0104-40362016000300006>
- Santos, L. (2019). Reflexões em torno da avaliação pedagógica. In M. I. Ramalho Ortigão, D. Fernandes, T. V. Pereira, & L. Santos (Orgs.), *Avaliar para aprender no Brasil e em Portugal: perspectivas teóricas, práticas e de desenvolvimento* (pp. 165–190). CRV.